

# Privatizações cobrirão déficit

**São Paulo** - A equipe econômica trabalha com a possibilidade do Brasil manter um déficit em conta corrente equivalente a 4% do Produto Interno Bruto (PIB) por mais dois a três anos. A projeção foi feita ontem pelo ministro do Planejamento, Antônio Kandir. Para financiar esse déficit o Governo conta com participação de investimento externo nas privatizações superior a US\$ 32 bilhões nos próximos quatro anos e crescimento constante das exportações, com as vendas externas chegando a US\$ 70 bilhões no ano 2000. No final de maio, último dado disponível, o saldo do balanço de conta corrente foi negativo em US\$ 31 bilhões, equivalendo a 4,08% do PIB.

Para este ano, Kandir espera um déficit comercial superior a US\$ 10 bilhões e crescimento de 7% nas exportações (no primeiro semestre, as vendas externas cresceram 7,6% sobre o mesmo período do ano passado). De acordo com Kandir, várias medidas adotadas pelo governo já estão fazendo as importações crescerem menos do que no início do ano.

**Importações** - Ele destacou o resultado positivo da restrição ao financiamento das importações, apesar desta medida sempre ser classificada pelos demais integrantes da equipe econômica como um instrumento financeiro, e não comercial. “Antes desta medida, há dois ou três meses, as estimativas de déficit comercial eram superiores a US\$ 15 bilhões, e hoje já há consenso de que o déficit deve ficar inferior a US\$ 12 bilhões”, observou Kandir. Em seguida ele acrescentou: “alguns até falam em um saldo inferior a US\$ 10 bilhões, mas eu acho difícil ser menos de US\$ 10 bilhões”.

Um grupo de trabalho formado pelo Ministério do Planejamento, da Fazenda e do Banco Central está estudando alterações nas regras do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), disse o ministro Kandir. Segundo ele, a intenção é tornar a concessão de crédito mais flexível, facilitando o acesso, principalmente da população de baixa renda. Segundo ele, as novas regras serão anunciadas “em breve”. As alterações do SFH fazem parte de um programa mais amplo de incentivo aos setores de construção civil, turismo e agricultura por serem segmentos que empregam bastante mão-de-obra, explicou o ministro.